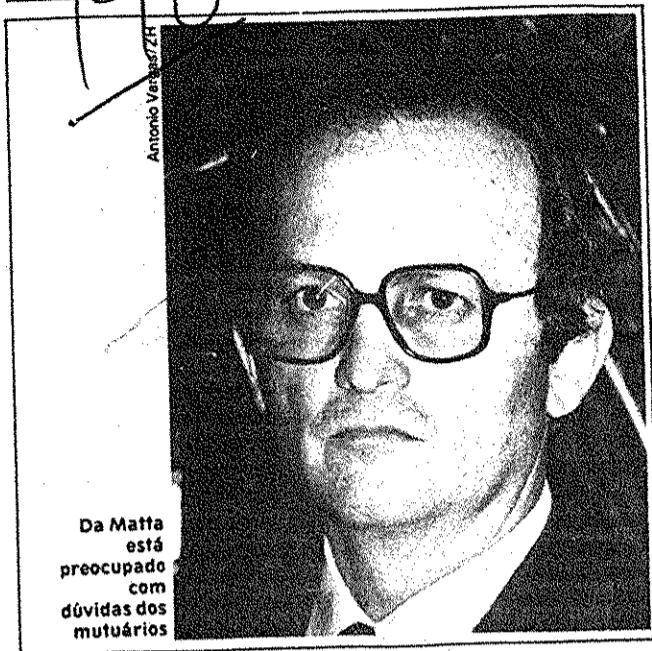


**ECONOMIA**



Da Matta está preocupado com dúvidas dos mutuários

**BNH assegura: financiamento tem mesmo prazo**

**Fundhab cobre o resíduo**

Os mutuários do Banco Nacional da Habitação (BNH) que optarem pelo salário-mínimo como base para pagamento de suas prestações futuras e pela mudança do plano de amortização, para diminuir o impacto do próximo reajuste, terão garantia contratual de que não será aumentado o prazo de financiamento original e que não haverá pagamento de eventual resíduo do saldo devedor.

Reunida ontem, a diretoria do BNH aprovou o texto de cláusulas-padrão, que constarão do contrato de aditamento dos mutuários que aceitarem modificar o contrato original quanto à forma de pagamento do reajuste das prestações e quanto ao plano de amortização.

"Se houver resíduo no saldo devedor no futuro, este resíduo será coberto pelo fundo de assistência habitacional (Fundhab)", explicou o presidente do BNH, Nelson da Matta, procurando assim responder às dúvidas levantadas pelas entidades de defesa dos mutuários, que estão desaconselhando a aceitação das novas condições propostas pelo BNH para atenuar os efeitos do próximo reajuste das prestações da casa própria, que deverá chegar a cerca de 190% com a aplicação da correção monetária plena entre julho de 1983 e julho deste ano.

Segundo o BNH, são três as opções para reduzir o reajuste das prestações da casa própria. A escolha do salário-mínimo como base de cálculo dos reajustes é a primeira. Nesse caso, os reajustes deste ano serão de 80% do aumento do salário mínimo, mas nos próximos anos serão na mesma proporção da variação do mínimo.

A mudança do sistema de amortização do financiamento, mantendo os reajustes das prestações pela correção monetária, é a segunda opção oferecida. E como terceira alternativa, o BNH concede a escolha do salário mínimo como base de cálculo dos reajustes combinado com a mudança do sistema de amortização do financiamento, o que permite limitar o próximo reajuste a variações entre 80 até 110%.

**Programa Pró-Taba dá casa aos índios**

Os índios de Miraguai e Tenente Portela receberão, em breve, 450 unidades habitacionais da Fundação Nacional do Índio (Funai), com recursos financeiros do BNH que envolvem Cr\$ 421 milhões, de acordo com o protocolo de intenções firmado ontem pelo diretor do Banco, Arnaldo Prieto; pelo delegado regional da Funai, Gilberto Antônio Borges; pelo gerente da agência do BNH em Porto Alegre, Ricardo Ferrene, e pelo diretor-presidente da Caixa Econômica Estadual, Octávio Germano. Denominado de "Programa Pró-Taba", os recursos financeiros serão repassados do BNH à Caixa Econômica.

O investimento abrange a instalação de infra-estrutura básica às famílias indígenas, e técnicos da Funai já estão realizando o levantamento sócio-econômico destas reservas. O Rio Grande do Sul e Alagoas (município de Palmeira dos Índios) são os primeiros estados em que o programa será desenvolvido, após estudos realizados pelo BNH-Funai.

Por outro lado, o presidente do BNH, Nelson da Matta, informou ontem que o Estado receberá uma verba de Cr\$ 16,5 bilhões para a execução de projetos de habitação, infra-estrutura de conjuntos habitacionais e de obras de desenvolvimento urbano. Para o município de Alvorada foi aprovada verba de Cr\$ 248,5 milhões para a execução de obras de urbanização; para São Vicente do Sul foram destinados Cr\$ 149,3 milhões para a construção de 20 unidades habitacionais, instalação de rede de energia elétrica, sistema de esgotos sanitários e pavimentação de ruas; Bagé irá receber Cr\$ 1,4 bilhão e outros municípios serão beneficiados com a aprovação de Cr\$ 14,7 bilhões.